

Data 16 DEZ. 2015



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI

Protocolo Nº 2178 Livro 10 Fls 981

Responsável Dpto. Protocolo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, com início às 14 horas, em 1ª (primeira) chamada, realizou-se a décima sexta Sessão Ordinária da Terceira Mesa Diretora, do terceiro Conselho de Administração do IPRESB, na sala de reuniões situada na Rua Benedita Guerra Zendron, 261 – Centro – Barueri, no prédio onde funciona o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Barueri, sob a presidência do conselheiro **Fernando Antônio Tambelini Juliani**, com a presença dos Conselheiros: **Valdinei Pereira dos Santos, Juliana Pinto Pacheco, Robson Eduardo de Oliveira Salles e Eliana Verissimo dos Santos Farias (05)**. Justificada a ausência do conselheiro Valmar Gama Alves e havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão.

ORDEM DO DIA: 01 – Apreciação e homologação dos processos abaixo relacionados;

Ordem	Processo	Data	Servidor	Benefício	Protocolo
A	BI21-00016/15	04/11/2015	Silvana Maria de Oliveira	Pensão por Morte	1892/2015
B	BI21-00017/15	17/11/2015	Claudinei Tijon	Pensão por Morte	1979/2015
C	00030/15	16/10/2015	Neusa Beraldo Takahashi	Certidão p/ fins de Abono Permanência	1777/2015
D	00031/15	27/10/2015	Adenilza Sara Fogaça de Castro Barbosa	Certidão p/ fins de Abono Permanência	1852/2015
E	00032/15	28/10/2015	Eliana Furtado de Oliveira Amaral	Certidão p/ fins de Abono Permanência	1861/2015
F	00033/15	19/11/2015	Yara Costabile Indig Fontoura Bongiovanni	Certidão p/ fins de Abono Permanência	1991/2015
G	00034/15	25/11/2015	Solange Aparecida Propheta	Certidão p/ fins de Abono Permanência	2020/2015
H	BI57-00035/15	08/10/2015	Osias Baptista de Souza Filho	Ap. Vol. por Tempo de Contr. e Idade do Profº	1736/2015
I	BI42-00071/15	23/10/2015	Isabel Cristina Dias Lombardeiro Biondi	Ap. Vol. por Tempo de Contr. e Idade	1833/2015
J	BI42-00072/15	27/10/2015	Ronaldo Jum Kobayashi	Ap. Vol. por Tempo de Contr. e Idade	1848/2015
K	BI42-00073/15	03/11/2015	Gilza Durvalina da Silva	Ap. Vol. por Tempo de Contr. e Idade	1885/2015
L	BI42-00074/15	04/11/2015	Marisa Ferreira da Silva	Ap. Vol. por Tempo de Contr. e Idade	1895/2015
M	BI42-00075/15	05/11/2015	Valquiria Aparecida Fonseca da Silva	Ap. Vol. por Tempo de Contr. e Idade	1903/2015
N	BI42-00077/15	10/11/2015	Arlete Aparecida Capitani	Ap. Vol. por Tempo de Contr. e Idade	1928/2015
O	BI42-00078/15	12/11/2015	Eunice Florêncio de Lima	Ap. Vol. por Tempo de Contr. e Idade	1941/2015
P	BI43-00002/15	13/11/2015	Paulo Medeiros de Carvalho	Revisão – Aposentadoria Compulsória	1956/2015

ORDEM DO DIA: 02 – Ciência do Ofício nº 348/2015/IPRESB referente ao relatório com os dados estatístico dos benefícios em vigor nos meses de outubro e novembro/2015;

ORDEM DO DIA: 03 – Com relação as Ordens do Dia 01 e 03 da ata de reunião do dia 02/12/2015, o Diretor Administrativo/Financeiro e Presidente do Comitê de Investimentos, Sr. Igor Clemente, disponibilizou cópias dos Relatórios de: Evolução Patrimonial, Posição de Carteira, Instituições Financeiras e Movimentação da Carteira até 11/12/2015;

ORDEM DO DIA: 04 – Atendendo a solicitação da Ordem do Dia 04 da ata de reunião do dia 02/12/2015, a Dr. Isabela Giosa, Advogada do IPRESB, se comprometeu a enviar por e-mail cópia do Relatório Anual e da Prestação de Contas 2014 do Tribunal de Contas do Estado;

ORDEM DO DIA: 05 – Atendendo a solicitação da Ordem do Dia 05 da ata de reunião do dia 02/12/2015, o Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. Igor Clemente, apresentou cronograma (anexo) referente ao processo de contratação e implantação do Portal Web Institucional do IPRESB e relatou que a disponibilidade de acesso ao Site

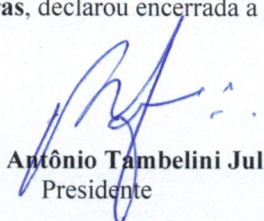
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

está prevista para janeiro/2016 e que antes de colocá-lo no ar será feita uma apresentação a este Conselho;

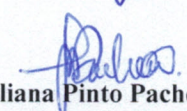
ORDEM DO DIA: 06 – Em relação à Ordem do Dia 07 da ata de reunião do dia 02/12/2015, o Diretor Administrativo/Financeiro e Presidente do Comitê de Investimentos, Sr. Igor Clemente, fez uma ampla explanação sobre a aplicação relacionada ao Banco BTG Pactual (Fundo BTG Pactual Infraestrutura II FIC FIP), entregou por escrito Relatório contendo esclarecimentos sobre o Fundo e relatou que já houve uma variação negativa das cotas de aproximadamente 2,4 milhões em relação ao valor investido. Explicou, também, como funcionam as regras de adesão dos fundos estruturados e das dificuldades com relação ao cancelamento destes fundos. Finalizando, falou da possibilidade do reembolso de até 80% das perdas com aplicações através do Fundo Garantidor.

ORDEM DO DIA: 07 – Política de Investimentos 2016 - O Sr. Igor Clemente fez a apresentação da Política de Investimentos 2016 que será analisada na reunião extraordinária que acontecerá no dia 18/12/2015 às 10:30h.

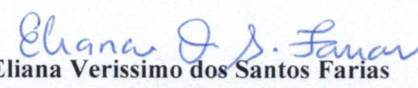
A redação da presente ata foi lida aprovada e assinada pelos conselheiros presentes nesta data. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às **17 (dezesete) horas**, declarou encerrada a presente sessão.



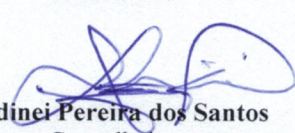
Fernando Antônio Tambelini Juliani
Presidente



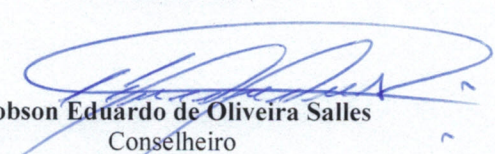
Juliana Pinto Pacheco
Conselheira



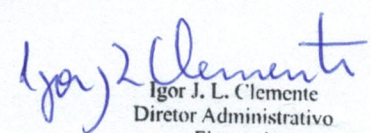
Eliana Verissimo dos Santos Farias
Conselheira



Valdinei Pereira dos Santos
Conselheira



Robson Eduardo de Oliveira Salles
Conselheiro



Igor J. L. Clemente
Diretor Administrativo
e Financeiro

Uente. Aguardar

Mudon'

25/12/18

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Este processo para janeiro 2018 e que antes de colocá-lo no ar será feita uma apresentação a este Conselho.

ORDEN DO DIA: 06 - Em relação à Ordem do Dia 07 da ata de reunião de dia 02/12/2017, o Diretor Administrativo-Financeiro e Presidente do Comitê de Investimentos, Sr. Igor Clemente, fez uma ampla exposição sobre a aplicação realizada no Banco BTG Pactual (Fundo BTG Pactual Investimentos II FIC FIP), entregue por escrito Relatório contendo esclarecimentos sobre o Fundo e relatório que já houve uma variação negativa das cotas de aproximadamente 2,4 milhões em relação ao valor investido. Explicou, também, como funcionam as regras de acesso dos fundos remunerados e das dificuldades com relação ao cancelamento desses fundos. Finalizando, falou da possibilidade de resgate de até 80% das cotas com aplicação através do Fundo Garantidor.

ORDEN DO DIA: 07 - Política de Investimentos 2018 - O Sr. Igor Clemente fez a apresentação da Política de Investimentos 2018 que será avaliada na reunião extraordinária que acontecerá no dia 18/12/2017 às 10:30h.

A leitura do presente foi lida aprovada e assinada pelos conselheiros presentes nesta data. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às 17 (dezessete) horas, declarou encerrada a presente sessão.

Fernando Antônio Tambellini (Juliano)
Presidente

Juliana Pinto Paschoa
Conselheira

Elaine Veríssimo dos Santos Farias
Conselheira

Valdiney Pereira dos Santos
Conselheira

Robson Eduardo da Oliveira Sales
Conselheiro

Igor J. L. Clemente
Diretor Administrativo
e Financeiro



RELATÓRIO – DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Assunto: Esclarecimentos ao Conselho Administrativo

Prezados Conselheiros,

Em resposta à solicitação das Ordens do dia nºs 05 e 07, presente na Ata da Reunião da Terceira Mesa Diretora do Conselho de Administração, realizada no dia 02 de dezembro de 2015, temos a informar:

1 – A Ordem do dia nº05 solicita esclarecimentos acerca da implantação do Portal da Transparência;

2- A Ordem do dia nº07 solicita esclarecimentos acerca do BTG Pactual.

3 – Acerca das justificativas solicitadas, temos os seguintes aspectos a considerar:

3.1 – No que atine ao investimento que o Ipresb possui relacionado ao Grupo BTG Pactual, trata-se do Fundo de Investimentos BTG Pactual Infraestrutura II FIC FIP.

A análise e decisão de investimento ocorreu em 23 de maio de 2013, na Reunião nº05, do Comitê de Investimentos, com o compromisso de integralização de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

Até o presente momento foram investidos R\$5.951.010,94.

Desde que surgiram notícias acerca de uma das empresas investidas do Fundo, a Sete Brasil, mantemos constante acompanhamento com os representantes do Fundo.

Já realizamos o pedido de cancelamento de subscrição das cotas restantes, mas possuímos menos de 5% do Fundo, o que nos impede a convocar Assembleia para a deliberação acerca da liquidação do mesmo.

3.2 – No que atine a implantação do Portal Web, que atenda à Lei da Informação, apresentamos mais abaixo as seguintes informações:

- Em 28/01/2014 o Diretor Administrativo e Financeiro solicitou junto ao Depto de Compras a abertura de P.A. para Implantação da Lei de Acesso à Informação via nova plataforma de T.I.
- Em 12/02/2014 o Diretor Administrativo e Financeiro enviou a Descrição do Objeto e solicitou a especificação e cotação de preços com mapa comparativo.



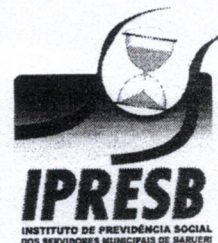
MUNICÍPIO DE BARUERI



- Em 06/03/2014 o Diretor Administrativo e Financeiro enviou ao Depto. de Compras a SOLICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO.
- Em 11/03/2014 o Diretor Administrativo e Financeiro solicitou ao Depto. Compras mapa comparativo de preços.
- Em 29/07/2014 o Depto. Compras encaminhou o processo ao Diretor Administrativo e Financeiro para providências.
- Em 14/11/2015 o Diretor Administrativo e Financeiro encaminhou para o Depto. de Compras para Cotação e Mapa comparativo de Preços.
- Em 17/11/2014 foi recepcionado a cotação da empresa Tecnegócios.
- Em 04/03/2015 foi solicitado orçamento de preços pesquisado no Google para 17 empresas de criação e desenvolvimento de sites.
- Em 06/03/2015 foi recepcionado a cotação da empresa Next 4.
- Em 10/03/2015 foi solicitado orçamento de preços pesquisado no Google para 09 empresas de criação e desenvolvimento de sites.
- Em 16/03/2015 foi recepcionado a cotação da empresa Alby Tech.
- Em 17/03/2015 foi montado o quadro geral de preços.
- Em 06/04/2015 foi elaborado a Requisição de nº014/2015.
- Em 06/04/2015 o Depto de Compras solicitou reserva orçamentária ao Diretor Administrativo e Financeiro.
- Em 10/04/2015 o Diretor Administrativo e Financeiro solicitou à Contabilidade reserva orçamentária.
- Em 10/04/2015 a Contabilidade encaminhou ao Diretor Administrativo e Financeiro nota de reserva orçamentária.
- Em 29/04/2015 o Dept. Compras encaminhou ao Depto. Jurídico para apreciação.
- Em 29/04/2015 o Depto. de Compras elabora a Minuta do Edital.
- Em 07/05/2015 o Depto. Jurídico da o parecer de nº 085/2015.
- Em 07/05/2015 o superintendente apresenta o Despacho Fundamentado.
- Em 12/05/2015 A CPL delibera o cronograma referente a TP 02/2015.
- Em 28/05/2015 foi publicado no publicado no Jornal Oficial do Município.
- Em 29/05/2015 foi afixado no mural do IPRESB.



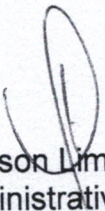
MUNICÍPIO DE BARUERI



- Em 29/05/2015 foi publicado no publicado no D.O. Estado.
- Em 29/05/2015 iniciou a retirada dos editais por parte dos licitantes
- Em 26/06/2015 encerrou a retirada dos Editais
- Em 29/06/2015 ocorreu o certame com 5 empresas participantes, a Empresa Ággora manifestou intenção de recurso, sendo agendado nova data para continuação do certame.
- Em 16/07/2015 foi aberto os envelopes proposta de preços, tendo como ganhadora a empresa L2F Sistema Web Ltda.
- Em 30/07/2015 foi homologado e adjudicado o vencedor.
- Em 30/07/2015 foi publicado no Jornal Oficial de Barueri e Diário Oficial do Estado.
- Em 04/08/2015 foi assinado o contrato.
- Em 03/09/2015 foi publicado o contrato no Jornal Oficial de Barueri e Diário Oficial do Estado.
- De 04/09/2015 a 19/10/2015 foram realizadas reuniões para o fornecimento das informações referentes à demanda do Ipresb.
- Em 20/10/2015 foi ao ar a primeira versão do site: <http://ipresb.mediasystems.com.br>
- Em 01/12/2015 foi encaminhado ofício à empresa solicitando a criação dos emails profissionais e a migração UOLHOST para GMAIL.
- Estamos em fase de término da implantação do conteúdo do Portal, convergência com o sistema administrativo e aprovação de layout.

4 – Sendo assim, esperamos ter esclarecido as solicitações constantes na Ata supra citada, bem como ficamos à disposição para demais esclarecimento e fornecimento de informações.

Barueri, 16 de dezembro de 2015.


Igor Jefferson Lima Clemente
Diretor Administrativo e Financeiro

*Para
Câmara 16/12/15*




COMITÊ DE INVESTIMENTO

Reunião nº 05/2013

A quinta reunião do Comitê de Investimento do IPRESB iniciou as 9:25 horas do dia 23/05/2013, na sala de reunião do instituto com a presença de Milton- presidente; Fernando Valente; Priscilla; Sousa e Midori – membros; Flávia- ouvinte e Phylipe - convidado do BTG Pactual para apresentar produto para investimento.

Milton faz as apresentações pessoais. Assunto inicial de Phylipe é um resumo da instituição que representa: banco de investimento, forte, sendo o 5º do ranking em patrimônio sem que o tenha adquirido com fusões ou aquisições. A forma de crescimento se dá atualmente através de aplicações em economia real, por meio de formação de fundos com pool de empresas que tenham potencial de crescimento, investem na melhoria em um período médio de 10 anos e depois se tem o retorno com a revenda dessas empresas valorizadas. O diferencial deste banco é que há recurso financeiro do próprio banco BTG e não apenas de investidores externos e também não se faz compra integral das empresas, apenas o suficiente para ser majoritário e ter poder decisório. Em relação aos fundos já formados, uma delas é a de empresas de energia elétrica. Neste momento está sendo oferecido um fundo de infraestrutura para os regimes de previdência. Importante salientar que esses fundos têm limites tanto no tempo de adesão como no tempo de desinvestimento. O banco tem como meta a internacionalização começando pelas Américas e estendendo para a Europa. Phylipe entregou 03 apostilas onde podem ser consultados tanto em relação ao BTG, seus fundos e desempenhos, como também fez esclarecimentos.

Após a saída do convidado, nosso presidente analisou superficialmente os investimentos deste mês, ficando de aprofundar na próxima reunião, considerando que alguns membros tinham outros compromissos.

Rapidamente foi realizada uma votação para algumas aplicações a serem feitas ainda neste mês de maio: a) Fundo de Investimento em Participações Caixa Cyrela; b) Fundo Kinea Pipe e c) Fundo BTG Pactual Infraestrutura II sendo aprovados por unanimidade. Todas as aplicações tem resumo em anexo.

Novamente foi frisado que este ano dificilmente atingiremos a meta atuarial e as mudanças nos tipos de investimentos são para minorar as perdas. Indagado sobre como será a movimentação financeira, diz que a proposta é R\$15 milhões para BTG, correspondendo por 3% do permitido e R\$10 milhões para a Caixa igual a 2%, perfazendo total de 5% possível. Para o fundo de ações do Itaú deverá ser destinado R\$15 milhões. R\$40 milhões devem sair dos IMAs. Como última informação diz que não mais será aplicado na Franklin Templeton, pois não é mais oportuno fazê-lo e o recurso que tinha sido previsto irá para o Itaú.

Priscilla Okamoto

Midori Nakamura

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Carteira: barueri

Movimentações até 11/12/2015

	Dez-15	2015	6m	12m	24m	36m	Vol	Patrimônio Líquido
CXTL11	-1,18	-7,41	7,60	-11,11	-14,66	nd	nd	nd
Disponibilidade Financeira	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
FI Caixa Brasil Irf-M 1 Tít Pub RF	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,48	9.020.279.419,72
FI Em Participações Caixa Cyrela	0,45	11,97	6,83	12,49	24,09	nd	5,93	130.418.119,40
Capitânia Multi Créd Priv Fic FI Multimerc	-0,04	1,19	0,72	8,63	-0,60	nd	1,26	330.288.193,28
Disponibilidade_Financeira	0,52	14,49	6,92	15,19	29,87	nd	nd	nd
Franklin Valor E Liquidez FvI FI Em Ações	nd	nd	nd	nd	nd	nd	14,37	114.847.471,57
BTG Pactual Infraestrutura II FICFI Em Participações unica	0,82	-7,18	-9,31	-4,44	-10,34	nd	28,09	180.252.872,56
Pacifico Ações FI Em Quotas de FI de Ações	-0,33	-36,43	-19,70	-33,70	-24,70	nd	17,29	194.282.985,32
Perfin Institucional FI Em Quotas de FI de Ações	2,70	-5,91	-8,14	-3,17	-0,69	nd	12,75	74.027.075,81
Perfin Long Short 15 FI Em Quotas de FI Multimerc	0,53	-6,04	-8,11	-4,69	-12,40	nd	2,26	31.183.433,85
Disponibilidade_financeira	0,50	6,43	3,59	6,87	13,41	nd	nd	nd
Safra Executive 2 FI RF	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,30	257.688.923,59
FI RF Ima-B Ultra	0,51	12,59	6,56	13,18	25,37	nd	2,61	25.409.316,45
FI RF Ima-B Eslovênia	0,60	8,89	3,52	9,42	nd	nd	nd	nd
FI Imobiliário Infra Real Estate - Fii	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	105.104.675,21
Disponibilidades_Financeira	0,00	-0,49	-0,11	-0,54	nd	nd	nd	nd
Infratec FI Em Participações	nd	nd	nd	nd	nd	nd	8,62	59.527.417,85
BB Previdenciário RF Perfil FICFI	-0,06	-1,50	-0,93	-1,54	2,07	nd	0,15	5.874.637.002,08
FI Caixa Brasil Ref DI LP	0,48	12,68	6,90	13,33	25,66	nd	0,14	4.138.614.112,53
Itaú Soberano RF Ref DI LP Ficfi	0,47	12,55	6,88	13,14	25,35	nd	0,13	6.770.092.813,29
Itaú Institucional Ref DI - FI	0,47	12,32	6,75	12,91	24,88	nd	0,13	1.425.919.191,10
Kinea II Real Estate Equity Fii	0,47	12,61	6,91	13,21	25,44	nd	8,88	153.673.461,42
Gbx Prime I FI Em Direitos Creditórios subordinada1	-0,00	22,74	4,02	22,49	nd	nd	nd	182.522.684,44
Disponibilidade_Financeira	0,64	14,57	7,20	15,27	nd	nd	nd	nd
Kinea Pipe FI Em Ações	nd	nd	nd	nd	nd	nd	14,46	101.090.682,60
FI Caixa Brasil Ipca V Multimerc Créd Priv	-4,36	-36,44	-30,34	-34,84	-53,84	nd	3,79	86.389.061,45
Kinea II Real Estate Equity Ref DI - FICFI	0,63	15,80	6,87	16,45	29,84	nd	21,90	64.492.459,38
FI Caixa Brasil Ipca Ili Multimerc Créd Priv	0,48	-31,12	-4,09	-30,75	-26,13	nd	3,57	85.014.749,45
Tower Bridge RF FI Ima-B 5	0,65	15,76	6,89	16,40	29,91	nd	5,15	565.024.748,02
Incentivo FI Em Direitos Creditórios Multissetorial II unica	-8,76	0,46	-4,76	0,54	12,17	nd	nd	144.350.338,42
Lmx Ima-B FI RF	0,42	15,30	7,42	16,41	31,54	nd	8,64	42.316.561,04
FI Imobiliário Br Hotéis - Fii	-3,61	10,47	3,15	10,39	23,59	nd	nd	236.584.896,82

FI Caixa Brasil Ipca Xiv RF Créd Priv	-0,02	-0,54	-0,34	1,77	nd	nd	2,96	92.957.668,92
Ático Florestal - Fip	0,60	15,30	6,67	15,98	29,47	nd	5,73	174.433.795,55
FI Caixa Brasil Ipca Vi RF Créd Priv	-0,08	-4,74	-4,11	-4,81	2,71	nd	2,19	97.030.264,41
FI Caixa Brasil Ipca Viii RF Créd Priv	0,52	15,22	6,71	15,94	29,43	nd	2,96	96.028.880,80

Rendimento da Carteira x Benchmarks

	Mês atual	Ano atual	6 meses	12 meses	24 meses	No período
Rend. Nominal R\$	-1.557.892,18	70.976.102,71	36.514.560,70	70.980.649,51	70.980.649,51	8.616.556,85
Carteira (Cotização)	-0,16	8,64	4,09	nd	nd	0,91
Carteira (TIR)	-0,16	nd	nd	nd	nd	nd
CDI	0,47	12,47	6,83	13,06	25,19	2,01
IBOV	0,31	-9,49	-15,16	-5,71	-9,69	-4,61

Fluxo de Resgate

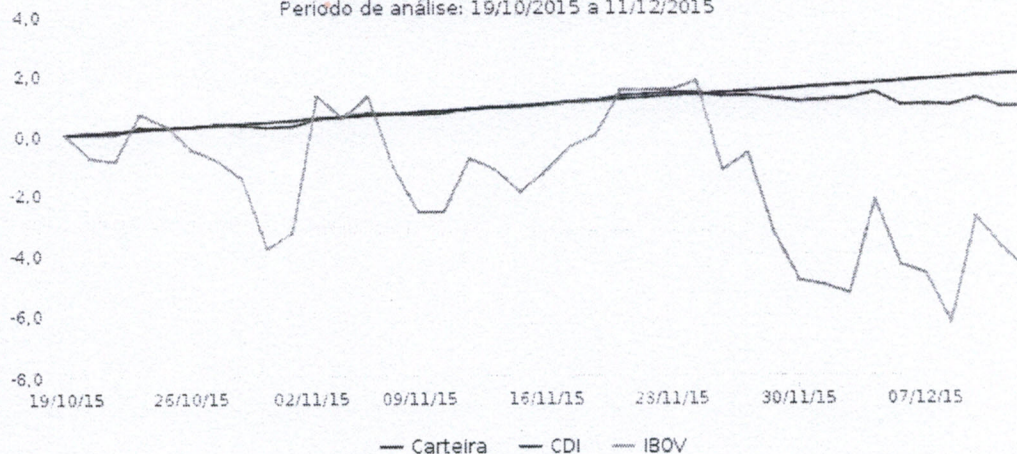
	Valor	%
D0 a D1	770.041.657,71	81,03
D2 a D5	27.020.577,93	2,84
D6 a D30	28.956.149,44	3,05
D31 ou mais	124.267.266,02	13,08
Não identificado	0,00	0,00
Prazo Médio	158,9	

Rendimento Mensal da Carteira

Data	Rendimento %
2015/10	1,07
2015/11	0,81
2015/12	-0,16

Rendimento da Carteira vs Benchmarks

Período de análise: 19/10/2015 a 11/12/2015



16/12/2015

comdinheiro - Relatórios->Posição da Carteira

01 e 03

comdinheiro [profissional] [C] barueri (103/2000 no mês)

Logoff

Visitadas Favoritas

Relatórios Lâmina dos Fundos Movimentação APR CADPREV Tribunal-SP

Relatórios->Posição da Carteira

Extrato da Carteira barueri entre 03/11/2015 e 11/12/2015

Portfólio:

barueri

Tabela 1: Posição Consolidada da Carteira barueri em 11/12/2015

Ativo	CNPJ	Gestor	Saldo Bruto em 30/11/2015	Aplicações no período	Resgates no período	Saldo Bruto em 11/12/2015	%	Artigo
Ações Livre								
Franklin Valor E Liquidez Fvl FI Em Ações	02.895.694/0001-06	Franklin Templeton Investimentos (Brasil)	26.305.972,55	0,00	0,00	26.522.577,93	2,79	
Kinea Pipe FI Em Ações	17.073.556/0001-00	Kinea Invest.	6.482.445,32	0,00	0,00	6.199.706,74	0,65	Artigo 8º, Inciso III
Pacifico Ações FI Em Quotas de FI de Ações	14.083.797/0001-42	Pacifico Gestão De Recursos	28.195.039,01	0,00	0,00	28.956.149,44	3,05	
Total Ações Livre			60.983.456,88	0,00	0,00	61.678.434,11	6,49	
FII Desenv. para Venda Gestão Ativa								
Kinea II Real Estate Equity FII	14.423.780/0001-97	Kinea Invest.	2.965.739,47	0,00	0,00	2.965.719,12	0,31	Artigo 8º, Inciso VI
Total FII Desenv. para Venda Gestão Ativa			2.965.739,47	0,00	0,00	2.965.719,12	0,31	
FII Híbrido Gestão Ativa								
FI Imobiliário Br Hotéis - FII	15.461.076/0001-91	Drachma Investimentos S.A	24.472.603,44	0,00	0,00	24.468.864,41	2,57	Artigo 8º, Inciso VI
FI Imobiliário Infra Real Estate - FII	18.369.510/0001-04	Infra	5.993.302,42	0,00	0,00	5.993.302,42	0,63	
Total FII Híbrido Gestão Ativa			30.465.905,86	0,00	0,00	30.462.166,84	3,21	
Fundos de Participações								
BTG Pactual Infraestrutura II FICFI Em Participações	14.584.094/0001-06	BTG Pactual Gestora De Recursos	3.580.562,60	0,00	0,00	3.568.892,67	0,38	
Atico Florestal - FIP	12.312.767/0001-35	Atico Administração De Recursos	12.319.642,39	0,00	0,00	12.309.268,81	1,30	Artigo 8º, Inciso V
FI Em Participações Caixa Cyrela	16.676.620/0001-85	Caixa Econômica Federal	3.146.873,11	0,00	0,00	3.145.616,47	0,33	
Infrapec FI Em Participações	15.711.367/0001-90	Infra	6.533.528,10	0,00	0,00	6.529.410,68	0,69	
Total Fundos de Participações			25.580.606,20	0,00	0,00	25.553.188,64	2,69	
Multimercados Juros e Moedas								
FI Caixa Brasil Ipca III Multimerc Cred Priv	14.120.148/0001-74	Caixa Econômica	20.957.350,00	0,00	0,00	21.093.375,00	2,22	Artigo 8º, Inciso IV
FI Caixa Brasil Ipca V Multimerc Cred Priv	14.120.277/0001-62	Caixa Econômica	4.205.407,50	0,00	0,00	4.231.827,50	0,45	
Total Multimercados Juros e Moedas			25.162.757,50	0,00	0,00	25.325.202,50	2,67	
Multimercados Livre								
Capitania Multi Cred Priv Fio FI Multimerc	09.412.687/0001-47	Capitania	10.266.621,33	0,00	0,00	10.320.264,95	1,09	Artigo 8º, Inciso IV
Total Multimercados Livre			10.266.621,33	0,00	0,00	10.320.264,95	1,09	
Outros								
CXTL11			509.000,00	0,00	0,00	498.000,00	0,05	
Disponibilidade Financeira			11.763,83	0,00	0,00	11.763,83	0,00	Artigo 20º
Incentivo FI Em Direitos Creditórios Multissetorial II _única	13.344.834/0001-66_única	Incentivo Dtvn	14.836.246,26	0,00	0,00	14.898.763,52	1,57	Artigo 7º, Inciso VI
Gbx Prme I FI Em Direitos Creditórios _subordinada1	17.013.985/0001-92_subordinada1	Ggr - Gbx Gestao De Recursos	22.090.601,33	0,00	0,00	22.231.413,57	2,34	
Total Outros			37.447.611,43	0,00	0,00	37.639.940,92	3,96	
Renda Fixa Duração Alta Grau de Invest.								
Tower Bridge RF FI Ima-B 5	12.845.801/0001-37	Bridge Administradora De Recursos	62.658.718,51	0,00	0,00	57.171.241,02	6,02	Artigo 7º, Inciso III, 'a'
Total Renda Fixa Duração Alta Grau de Invest.			62.658.718,51	0,00	0,00	57.171.241,02	6,02	
Renda Fixa Duração Baixa Grau de Invest.								
Iteu Institucional Ref DI - FI	00.832.435/0001-00	Itau Unibanco	48.919.568,64	0,00	0,00	49.151.841,95	5,17	Artigo 7º, Inciso IV, 'a'
FI Caixa Brasil Ref DI LP	03.737.206/0001-97	Caixa Econômica	34.851.574,46	0,00	0,00	35.015.084,14	3,68	
Total Renda Fixa Duração Baixa Grau de Invest.			83.771.143,10	0,00	0,00	84.166.926,09	8,86	
Renda Fixa Duração Baixa Soberano								
Kinea II Real Estate Equity Ref DI - FICFI	14.298.826/0001-93	Intrag Dtvn	1.849.116,19	0,00	0,00	1.857.930,12	0,20	Artigo 7º, Inciso IV, 'a'
Total Renda Fixa Duração Baixa Soberano			1.849.116,19	0,00	0,00	1.857.930,12	0,20	

**Renda Fixa Duração Livre
Crédito Livre**

Lmx Ima-B FI RF	13.594.673/0001-69	Lmx Gestão De Recursos	9.775.880,48	0,00	0,00	9.422.538,63	0,99	Artigo 7º, Inciso III, 'a'
Total Renda Fixa Duração Livre Crédito Livre			9.775.880,48	0,00	0,00	9.422.538,63	0,99	

**Renda Fixa Duração Livre
Grau de Invest.**

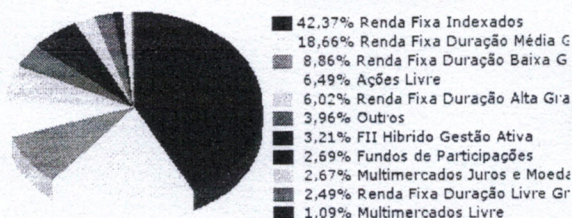
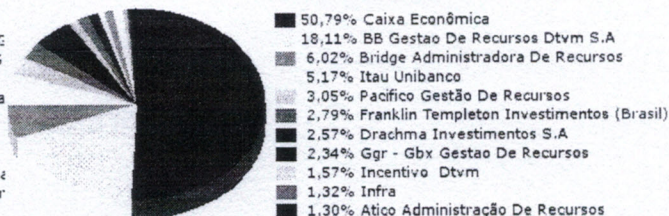
FI Caixa Brasil Ipoa Vi RF Créd Priv	12.321.787/0001-72	Caixa Econômica	15.249.040,00	0,00	0,00	15.327.728,00	1,61	
FI Caixa Brasil Ipoa VIII RF Cred Priv	12.321.820/0001-64	Caixa Econômica	3.788.346,00	0,00	0,00	3.813.334,00	0,40	Artigo 7º, Inciso VII, 'b'
FI Caixa Brasil Ipoa XIV RF Cred Priv	13.058.820/0001-86	Caixa Econômica	4.480.312,50	0,00	0,00	4.507.312,50	0,47	
Total Renda Fixa Duração Livre Grau de Invest.			23.517.698,50	0,00	0,00	23.648.374,50	2,49	

**Renda Fixa Duração Média
Grau de Invest.**

BB Previdenciário RF Perfil FICFI	13.077.418/0001-49	BB Gestao De Recursos Dtvn S.A	171.260.945,06	0,00	0,00	172.089.909,03	18,11	Artigo 7º, Inciso IV, 'a'
Safrá Executive 2 FI RF	10.787.647/0001-69	J. Safrá .	5.272.407,89	0,00	0,00	5.299.299,60	0,56	
Total Renda Fixa Duração Média Grau de Invest.			176.533.352,95	0,00	0,00	177.389.208,63	18,67	

Renda Fixa Indexados

FI RF Ima-B Ultra	15.078.010/0001-17	Vila Rica Capital Gestora De Recursos	3.999.346,96	0,00	0,00	4.023.337,60	0,42	
FI Caixa Brasil Irf-M I Tit Pub RF	10.740.670/0001-06	Caixa Econômica	396.865.587,94	0,00	0,00	398.661.177,45	41,95	Artigo 7º, Inciso I, 'b'
Total Renda Fixa Indexados			400.864.934,90	0,00	0,00	402.684.515,05	42,38	
Total da Carteira			951.843.543,29	0,00	0,00	950.285.651,11	100,00	

Alocação por Estratégia**Alocação por Gestor**

Relatórios Lâmina dos Fundos Movimentação APR CADPREV Tribunal-SP

Relatórios->Instituições Financeiras

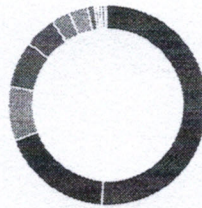
Extrato da Carteira barueri em 11/12/2015

Portfólio:

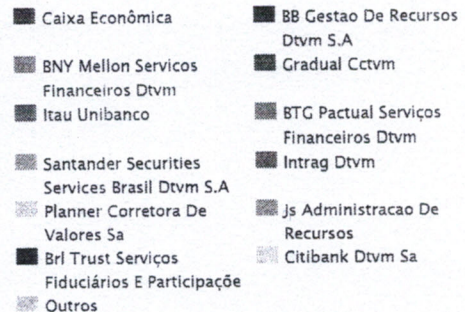
barueri



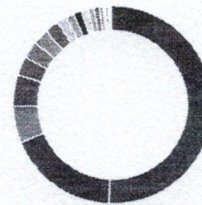
Administrador	Saldo Atual	%
Caixa Econômica	486.293.455,06	51,17
BB Gestao De Recursos DtvM S.A	172.089.909,03	18,11
BNY Mellon Servicos Financeiros DtvM	83.043.514,74	8,74
Gradual Cctvm	72.070.004,54	7,58
Itau Unibanco	49.151.841,95	5,17
BTG Pactual Servicos Financeiros DtvM	28.956.149,44	3,05
Santander Securities Services Brasil DtvM S.A	28.760.824,25	3,03
Intrag DtvM	11.023.355,98	1,16
Planner Corretora De Valores Sa	5.993.302,42	0,63
Js Administracao De Recursos	5.299.299,60	0,56
Brl Trust Servicos Fiduciários E Participações	4.023.337,60	0,42
Citibank DtvM Sa	3.568.892,67	0,38
Outros	11.763,83	0,00
Total	950.285.651,11	100,00



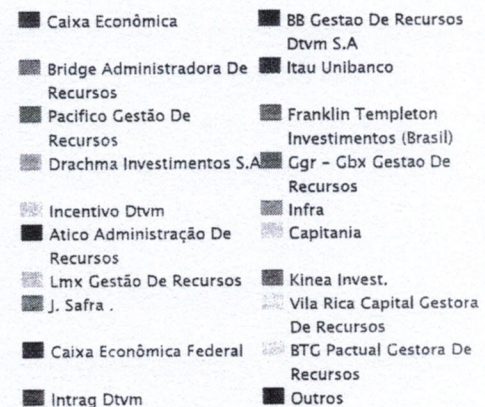
Distribuição por Administrador



Gestor	Saldo Atual	%
Caixa Econômica	482.649.838,59	50,79
BB Gestao De Recursos DtvM S.A	172.089.909,03	18,11
Bridge Administradora De Recursos	57.171.241,02	6,02
Itau Unibanco	49.151.841,95	5,17
Pacifico Gestão De Recursos	28.956.149,44	3,05
Franklin Templeton Investimentos (Brasil)	26.522.577,93	2,79
Drachma Investimentos S.A	24.468.864,41	2,57
Ggr - Gbx Gestao De Recursos	22.231.413,57	2,34
Incentivo DtvM	14.898.763,52	1,57
Infra	12.522.713,10	1,32
Atico Administração De Recursos	12.309.268,81	1,30
Capitania	10.320.264,95	1,09
Lmx Gestão De Recursos	9.422.538,63	0,99
Kinea Invest.	9.165.425,86	0,96
J. Safra .	5.299.299,60	0,56
Vila Rica Capital Gestora De Recursos	4.023.337,60	0,42
Caixa Econômica Federal	3.643.616,47	0,38
BTG Pactual Gestora De Recursos	3.568.892,67	0,38
Intrag DtvM	1.857.930,12	0,20
Outros	11.763,83	0,00
Total	950.285.651,11	100,00



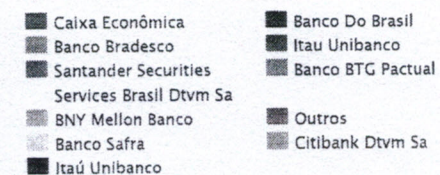
Distribuição por Gestor



Custodiante	Saldo Atual	%
Caixa Econômica	482.649.838,59	50,79
Banco Do Brasil	172.089.909,03	18,11
Banco Bradesco	129.894.490,81	13,67
Itau Unibanco	61.232.816,40	6,44
Santander Securities Services Brasil DtvM Sa	43.659.587,77	4,59
Banco BTG Pactual	28.956.149,44	3,05
BNY Mellon Banco	10.320.264,95	1,09
Outros	9.150.682,73	0,96
Banco Safra	5.299.299,60	0,56
Citibank DtvM Sa	3.568.892,67	0,38
Itaú Unibanco	3.463.719,12	0,36
Total	950.285.651,11	100,00



Distribuição por Custodiante



Relatórios Lâmina dos Fundos Movimentação APR CADPREV Tribunal-SP

Relatórios->Evolução Patrimonial

Extrato da Carteira barueri entre 22/06/2015 e 19/10/2015

Portfólio:

barueri

Tabela 1: Posição Consolidada da Carteira barueri em 19/10/2015

Ativo	CNPJ	Saldo Bruto em 30/09/2015	Rendimento Bruto	Saldo Bruto em 19/10/2015	Artigo
Outros					
CXTL11		500.020,00	-20,00	500.000,00	
FI RF Ima-B Ultra	15.078.010/0001-17	3.912.016,15	25.867,46	3.937.883,62	
Total Outros		4.412.036,15	25.847,46	4.437.883,62	
Renda Fixa					
BB Previdenciário RF Perfil FICFI	13.077.418/0001-49	167.598.049,90	1.069.739,63	168.667.789,52	Artigo 7º, Inciso IV, 'a'
FI Caixa Brasil Inf-M 1 Tit Pub RF	10.740.670/0001-06	375.108.855,54	3.053.555,70	393.763.138,89	Artigo 7º, Inciso I, 'b'
FI Caixa Brasil Ipca VI RF Créd Priv	12.321.787/0001-72	14.883.264,00	95.352,00	14.978.616,00	
FI Caixa Brasil Ipca VIII RF Créd Priv	12.321.820/0001-64	3.698.746,00	23.382,00	3.722.128,00	Artigo 7º, Inciso VII, 'b'
FI Caixa Brasil Ipca XIV RF Créd Priv	13.058.820/0001-86	4.380.315,00	26.492,50	4.406.807,50	
Incentivo FI Em Direitos Creditórios Multissetorial II - única	13.344.834/0001-66_única	14.487.023,88	100.383,46	14.587.407,33	Artigo 7º, Inciso VI
Itaú Institucional Ref DI - FI	00.832.435/0001-00	47.874.986,43	301.850,64	48.176.837,07	Artigo 7º, Inciso IV, 'a'
Kinea II Real Estate Equity Ref DI - FICFI	14.298.826/0001-93	2.016.022,83	12.723,98	2.028.746,81	
Linx Ima-B FI RF	13.594.673/0001-69	9.315.204,17	312.516,06	9.627.720,22	Artigo 7º, Inciso III, 'a'
Tower Bridge RF FI Ima-B 5	12.845.801/0001-37	60.804.497,32	661.053,81	61.465.551,13	
Gbx Prime I FI Em Direitos Creditórios - subordinada1	17.013.985/0001-92_subordinada1	21.561.253,26	139.512,63	21.700.765,88	Artigo 7º, Inciso VI
FI Caixa Brasil Ref DI LP	03.737.206/0001-97	34.109.285,09	203.734,80	34.313.019,89	Artigo 7º, Inciso IV, 'a'
Safra Executive 2 FI RF	10.787.647/0001-69	5.157.570,25	33.389,73	5.190.959,98	
Total Renda Fixa		760.995.073,66	6.033.686,93	782.629.488,24	
Renda Variável					
BTG Pactual Infraestrutura II FICFI Em Participações	14.584.094/0001-06	4.688.069,54	-1.073.020,83	3.615.048,71	Artigo 8º, Inciso V
Ático Florestal - Fip	12.312.767/0001-35	12.360.154,34	-9.683,48	12.350.470,86	
FI Caixa Brasil Ipca III Multimerc Créd Priv	14.120.148/0001-74	20.484.600,00	91.300,00	20.575.900,00	Artigo 8º, Inciso IV
FI Caixa Brasil Ipca V Multimerc Créd Priv	14.120.277/0001-62	4.115.655,00	16.047,50	4.131.702,50	
FI Em Participações Caixa Cyrela	16.676.620/0001-85	2.753.129,61	4.545,12	3.108.888,05	Artigo 8º, Inciso V
Franklin Valor E Liquidez Fvi FI Em Ações	02.895.694/0001-06	27.300.456,07	70.119,89	27.370.575,96	Artigo 8º, Inciso III
Infratec FI Em Participações	15.711.367/0001-90	6.552.675,20	-4.640,09	6.548.035,11	Artigo 8º, Inciso V
Kinea Pipe FI Em Ações	17.073.556/0001-00	6.552.845,14	393.679,30	6.946.524,44	Artigo 8º, Inciso III
Pacifico Ações FI Em Quotas de FI de Ações	14.083.797/0001-42	27.708.624,56	1.763.698,49	29.472.323,05	
FI Imobiliário Br Hotéis - Fii	15.461.076/0001-91	24.520.690,58	-35.531,62	24.485.158,96	
Kinea II Real Estate Equity Fii	14.423.780/0001-97	2.853.930,77	-3.142,20	2.850.788,58	Artigo 8º, Inciso VI
FI Imobiliário Infra Real Estate - Fii	18.369.510/0001-04	5.992.133,11	0,00	5.992.133,11	
Capitania Multi Créd Priv Fic FI Multimerc	09.412.687/0001-47	10.026.403,17	98.956,83	10.125.360,00	Artigo 8º, Inciso IV
Total Renda Variável		155.909.367,09	1.312.328,92	157.572.909,33	
Disponibilidade Financeira		19.541,92	0,00	19.541,92	Artigo 20º
Total da Carteira		921.336.018,82	7.371.863,31	944.659.823,10	

Evolução Patrimonial (em mil)

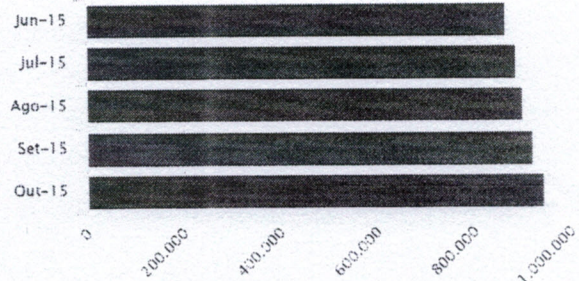


Tabela 2: Posição mensal da Carteira barueri entre 22/06/2015 e 19/10/2015

Data	Carteira	Lucro/Prejuízo
Jun-15	866.010.082,70	
Jul-15	887.431.298,78	21.421.216,08
Ago-15	902.442.083,95	15.010.785,17
Set-15	921.336.018,82	18.893.934,88
Out-15	944.659.823,10	23.323.804,28



**MUNICÍPIO DE
BARUERI**



Barueri, 16 de dezembro de 2015.

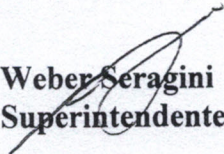
Ofício: 348/2015/IPRESB

Ref.: Relatório de Benefícios

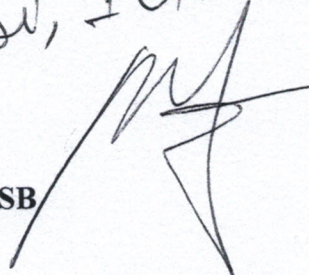
Prezado Senhor

Segue anexo para apreciação o relatório com os dados estatísticos dos benefícios em vigor nos meses de outubro e novembro de 2015.

Atenciosamente,


Weber Seragini
Superintendente do Ipresb

Ao
Ilmo. Sr. Fernando Antônio Tambelini Juliani
Presidente do Conselho de Administração do IPRESB

Recebido, 16/12/15


RELATORIO DE BENEFÍCIOS NOVEMBRO/2015

AUXILIO DOENÇA					
MÊS ANT.	NOVOS	RECURSOS	ALTA	ÓBITO	TOTAL
318	52	9	82	0	297

AUXILIO DOENÇA ACIDENTÁRIO					
MÊS ANT.	NOVOS	RECURSOS	ALTA	ÓBITO	TOTAL
30	9	0	9	0	30

SALARIO MATERNIDADE			
MÊS ANT.	NOVOS	ALTA	TOTAL
101	15	23	93

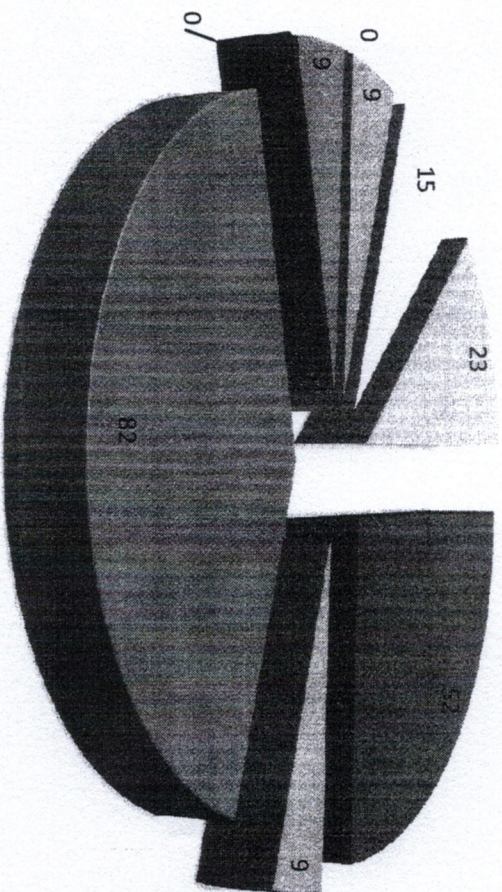
PENSÃO POR MORTE			
MÊS ANT.	NOVOS	ENCERRADOS	TOTAL
101	0	0	101

APOSENTADORIA			
MÊS ANT.	NOVOS	ENCERRADOS	TOTAL
387	6	1	392

FINANCEIRO		Total
Aux. Doença	R\$ 795.101,66	R\$ 1.164.674,94
Acertos Aux. Doença	R\$ 12.561,46	
Abono	R\$ 357.011,82	
Aux. Doença Acidentário	R\$ 75.119,53	
Acerto A.D. Acident.	R\$ 227,59	R\$ 108.116,88
Abono	R\$ 32.769,76	
Salario Maternidade	R\$ 267.405,55	R\$ 345.898,71
Acerto Sal. Maternidade	R\$ 3.016,86	
Abono	R\$ 75.476,30	
Pensão por Morte	R\$ 216.855,61	
Acerto Pensão por Morte	R\$ 0,00	R\$ 419.846,43
Abono	R\$ 202.990,82	
Aposentadorias	R\$ 1.618.391,71	R\$ 2.971.478,53
Acerto Aposentadoria	R\$ 6.836,20	
Abono	R\$ 1.346.250,62	
Total Financeiro	R\$ 5.010.015,49	

COMPARATIVO		OUTUBRO/2015	NOVEMBRO/2015
BENEFICIOS QUANTIDADE		937	913
FINANCEIRO BENEFICIOS		R\$ 2.932.744,12	R\$ 2.995.516,17
ABONO		R\$ 70.226,53	R\$ 2.014.499,32
FINANCEIRO TOTAL		R\$ 3.002.970,65	R\$ 5.010.015,49

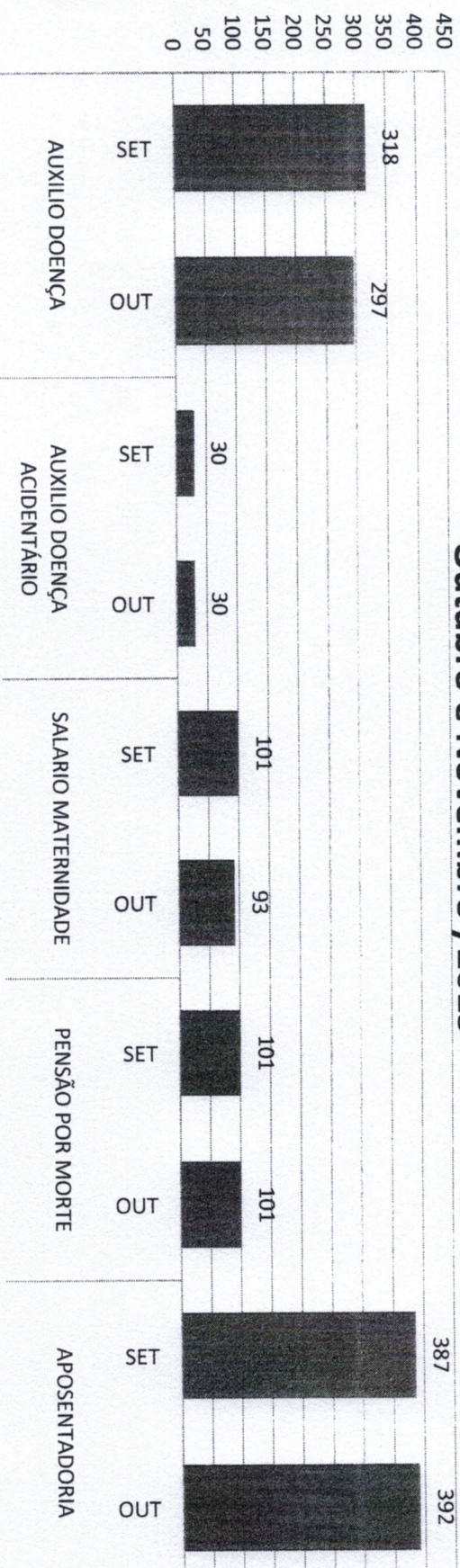
Movimentação de Benefícios



- AUXILIO DOENÇA NOVOS
- AUXILIO DOENÇA RECURSOS
- AUXILIO DOENÇA ALTA
- AUXILIO DOENÇA ÓBITO
- AUXILIO DOENÇA ACIDENTÁRIO NOVOS
- AUXILIO DOENÇA ACIDENTÁRIO ALTA
- SALARIO MATERNIDADE NOVOS
- SALARIO MATERNIDADE ALTA

Comparativo de Benefícios

Outubro e Novembro /2015



RELATORIO DE BENEFÍCIOS OUTUBRO/2015

AUXILIO DOENÇA					
MÊS ANT.	NOVOS	RECURSOS	ALTA	ÓBITO	TOTAL
327	54	23	86	0	318

AUXILIO DOENÇA ACIDENTÁRIO					
MÊS ANT.	NOVOS	RECURSOS	ALTA	ÓBITO	TOTAL
28	4	3	5	0	30

SALARIO MATERNIDADE			
MÊS ANT.	NOVOS	ALTA	TOTAL
108	17	24	101

PENSÃO POR MORTE			
MÊS ANT.	NOVOS	ENCERRADOS	TOTAL
99	2	0	101

APOSENTADORIA			
MÊS ANT.	NOVOS	ENCERRADOS	TOTAL
377	12	2	387

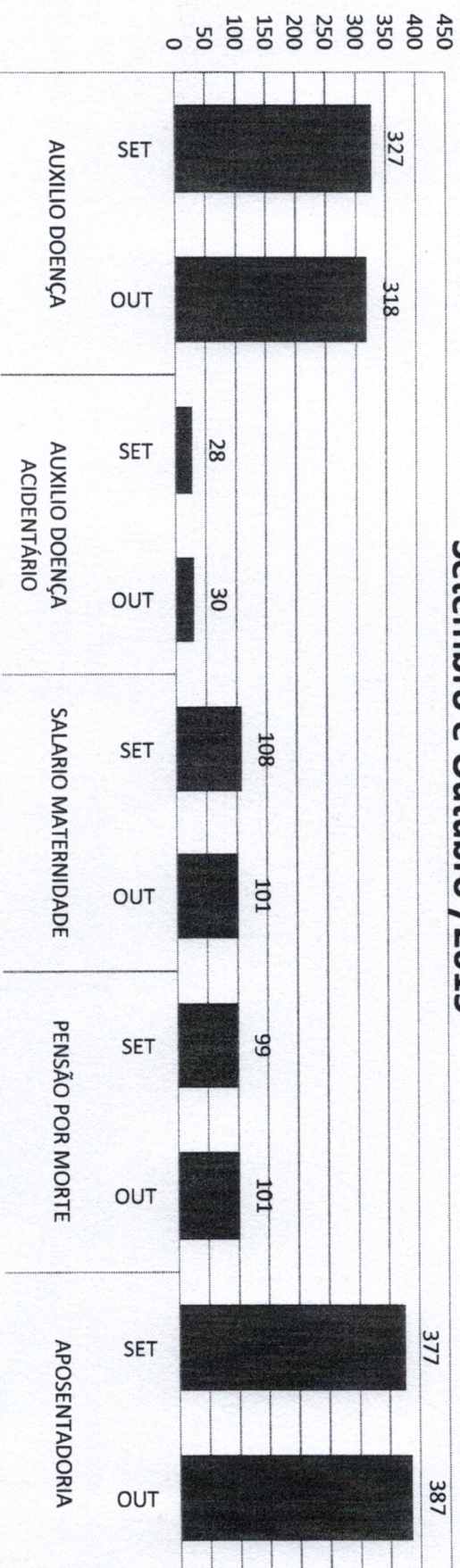
FINANCEIRO		Total
Aux. Doença	R\$ 780.298,19	
Acertos Aux. Doença	R\$ 6.298,18	R\$ 829.644,17
Abono	R\$ 43.047,80	
Aux. Doença Acidentário	R\$ 72.358,44	
Acerto A.D. Acident.	R\$ 296,88	R\$ 74.752,27
Abono	R\$ 2.096,95	
Salario Maternidade	R\$ 264.605,13	
Acerto Sal. Maternidade	R\$ 1.590,05	R\$ 286.776,88
Abono	R\$ 20.581,70	
Pensão por Morte	R\$ 216.336,00	
Acerto Pensão por Morte	R\$ 5.567,86	R\$ 226.403,94
Abono	R\$ 4.500,08	
Aposentadorias	R\$ 1.567.237,07	
Acerto Aposentadoria	R\$ 18.156,32	R\$ 1.585.393,39
Abono	R\$ 0,00	
Total Financeiro	R\$ 3.002.970,65	

COMPARATIVO		SETEMBRO/2015	OUTUBRO/2015
BENEFICIOS QUANTIDADE		939	937
FINANCEIRO BENEFICIOS		R\$ 2.926.512,53	R\$ 2.932.744,12
ABONO		R\$ 74.188,82	R\$ 70.226,53
FINANCEIRO TOTAL		R\$ 3.000.701,35	R\$ 3.002.970,65

Movimentação de Benefícios



Comparativo de Benefícios Setembro e Outubro /2015





**MUNICÍPIO DE
BARUERI**



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2016

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
BARUERI – IPRESB**



SUMÁRIO

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	OBJETIVO	3
3.	CENÁRIO ECONÔMICO PARA O EXERCÍCIO DE 2016	4
3.1	INTERNACIONAL	4
3.2	NACIONAL	6
3.3	EXPECTATIVAS DE MERCADO	8
4.	ALOCÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS	9
4.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA.....	11
4.2	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	12
4.3	SEGMENTO DE IMÓVEIS	12
4.4	VEDAÇÕES	12
5.	META ATUARIAL	13
6.	ESTRUTURA DE GESTÃO DOS ATIVOS	13
6.1	GESTÃO PRÓPRIA	14
6.2	ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	14
7.	CONTROLE DE RISCO.....	14
7.1	CONTROLE DO RISCO DE MERCADO	15
7.2	CONTROLE DO RISCO DE CRÉDITO	16
7.3	CONTROLE DO RISCO DE LIQUIDEZ	17
8.	POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA	17
9.	CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO – GESTOR E ADMINISTRADOR	18
9.1	PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE GESTORES/ADMINISTRADORES	18
9.1.1	PROCESSO DE CREDENCIAMENTO	19
10.	CONTROLES INTERNOS	19
11.	DISPOSIÇÕES GERAIS	22



1. INTRODUÇÃO

Atendendo à Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.392, de 19 de dezembro de 2014, doravante denominada simplesmente “Resolução CMN nº 3.922/2010”, o comitê de investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Barueri - IPRESB, apresenta sua Política de Investimentos para o exercício de 2016, aprovada por seu órgão superior competente.

A elaboração da Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativo aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS’s, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância. Ressalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente à análise do fluxo de caixa atuarial da entidade, ou seja, o equilíbrio entre ativo e passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

2. OBJETIVO

A Política de Investimentos do IPRESB tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na



condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: solidez patrimonial, experiência positiva no exercício da atividade de administração de grandes volumes de recursos e em ativos com adequada relação risco X retorno.

Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a política estabelecerá a modalidade e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo aos requisitos da Resolução CMN nº 3.922/2010.

3. CENÁRIO ECONÔMICO PARA O EXERCÍCIO DE 2016

3.1 INTERNACIONAL

Em seu recente relatório sobre as perspectivas econômicas mundiais, divulgado no último mês de outubro, o Fundo Monetário Internacional – FMI estima que o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB global, em 2016, será de 3,6%. Uma taxa maior do que a que será alcançada em 2015 e muito próxima da média de 3,5% verificada entre 1980 e 2014. Apesar da continuada recuperação de países desenvolvidos, como os EUA e o Reino Unido, a situação será incerta na zona do euro, no Japão e principalmente na China e na maioria das demais economias emergentes. Os baixos preços das commodities e as pressões sobre as moedas desses países aumentaram significativamente os riscos para a evolução da atividade econômica. Os riscos geopolíticos deverão continuar elevados, sobretudo na Ucrânia e no Oriente Médio. A chamada crise dos refugiados terá sérios impactos, sobretudo na Europa e os custos econômicos e sociais poderão ser enormes.

Para a economia dos EUA, a maior do planeta, o FMI estima uma expansão de 2,6% em 2015 e de 2,8% em 2016. Depois de ter crescido 3,9% em taxa anualizada, no segundo trimestre deste ano, o PIB norte-americano evoluiu 1,5% no terceiro trimestre, também em taxa anualizada. Embora a taxa de crescimento tenha caído, devido a uma queda das exportações e da menor reposição dos estoques das empresas, a despesa dos



consumidores, principal motor da economia, cresceu 3,2% no período, acima do ocorrido no segundo trimestre. Também a produtividade teve alta significativa. Evoluiu 1,6% no terceiro trimestre, enquanto os analistas estimavam uma queda de 0,2%. Para efeito de comparação, o crescimento da economia dos EUA esperado para 2015, seria o equivalente ao PIB do Brasil evoluir mais de 20% no mesmo período.

Já em outubro, o avanço do setor de serviços, o maior da economia americana, atingiu o maior ritmo em mais de uma década e o mercado de trabalho apresentou invejável solidez. Foram criadas 271 mil vagas de emprego, a maior desde dezembro de 2014. A taxa de desemprego recuou para 5%, o menor nível desde abril de 2008, portanto antes da crise. Nesse contexto, aumentou significativamente a possibilidade de que, em sua última reunião deste ano, o banco central americano, o FED, eleve a taxa básica de juros, que está entre 0% e 0,25% ao ano desde dezembro de 2008. Tal evento acarretará em valorização mais acentuada ainda do dólar no mercado internacional e deverá contribuir para uma maior atração do capital internacional para o país, em detrimento, sobretudo, dos países emergentes. Restam dúvidas em relação ao ritmo de elevação das taxas, que será adotado e do comportamento dos mercados financeiros em relação a quanto desse evento já teria sido efetivamente precificado.

Em relação à zona do euro, o FMI estima um crescimento de 1,5% em 2015 e de 1,6% em 2016. Continua em curso o programa de estímulos monetários implementado pelo Banco Central Europeu – BCE, com o intuito de incentivar a atividade econômica e evitar um processo de deflação dos preços, que acarretaria uma nova crise econômica. Embora os líderes europeus acreditem que o crescimento ganhará velocidade, o BCE, cujo programa de estímulos prevê a compra de ativos de 1,4 trilhões de euros de março de 2015 até setembro de 2016, poderá estender o mesmo até ^{meados} de 2018. A compra de ativos poderia ascender a até 2,4 trilhões de euros, segundo analistas do continente.



Para a economia chinesa, a segunda maior do mundo e o maior mercado emergente, o FMI estima um crescimento de 6,8% em 2015 e de 6,3% em 2016. Com o comércio internacional enfraquecido, o atual modelo de crescimento da China privilegia o consumo interno e não mais a produção industrial manufaturada, para exportação, o motor do modelo anterior. Em 2016 será divulgado um novo plano econômico quinquenal e são esperados avanços nas reformas necessárias para sustentar o alto ritmo de crescimento econômico. Sob o aspecto global, uma maior desaceleração do país, dada a sua presença nos mercados, causaria danos não só para as economias emergentes, como a do Brasil, mas também para as desenvolvidas. Em 2016, além dos EUA, sem dúvida o mundo estará atento ao que acontecer na China.

3.2 NACIONAL

O FMI estima que a economia brasileira irá decrescer 3% em 2015 e 1% em 2016. Em valores correntes o PIB cairá de US\$ 2,3 trilhões, em 2014 para cerca de US\$ 1,3 trilhão neste ano. Para que o país volte a crescer, recomenda a implementação de reformas estruturais, maior investimento na educação e melhoria no ambiente de negócios. O fato é que sem recurso para investir e sem ter sucesso na aprovação das medidas do chamado “ajuste fiscal”, que lhe permitiria o reequilíbrio orçamentário, o governo tem reduzida margem de manobra para incentivar a economia e para recuperar a confiança do empresariado em investir. Com a indústria e o comércio acumulando forte crescimento negativo, o único setor de atividade que enseja melhor expectativa é o do agronegócio, também graças à atual taxa de câmbio, que compensou com folga a queda nos preços das commodities agrícolas. Nesse cenário sombrio, além da importante queda na arrecadação de impostos, que amplia ainda mais o desajuste fiscal, o mercado de trabalho deverá ter dias ainda piores. A taxa de desemprego, que atingiu 8,7% no trimestre encerrado em agosto, conforme revelou a Pnad Contínua do IBGE, poderá superar os 12% em 2016, de acordo com especialistas do setor.



Dominado pela agenda política, o governo tem se deparado com uma situação fiscal alarmante. O próprio secretário do Tesouro Nacional admitiu que o déficit primário pode ultrapassar os R\$ 100 bilhões em 2105, incluído nesse montante os R\$ 50 bilhões das chamadas “pedaladas fiscais”. O fato é que a meta fiscal para o ano já foi revisada para um déficit de R\$ 51,8 bilhões. Para 2106, embora não tenha aprovado ainda a meta de 2015, a Comissão Mista de Orçamento, do Congresso Nacional, aprovou o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, a ser submetido ao plenário da casa, em que a meta fiscal é de um superávit primário de 0,7% do PIB ou de R\$ 43,8 bilhões. Diante das enormes dificuldades em aumentar a arrecadação e diminuir os gastos, o governo assiste o crescente peso da sua dívida e é alta a possibilidade de que o país perca o seu grau de investimento de outras agências de classificação de risco. O que tornaria ainda mais caro para que o país obtivesse recursos no exterior e pior ainda, implicaria na necessidade da saída de importantes recursos de investidores estrangeiros no Brasil, pressionando ainda mais as taxas de juros e a taxa de câmbio.

Com a situação fiscal deteriorada, o combate à inflação continua e poderá continuar dependendo apenas da insuficiente política monetária adotada pelo Banco Central. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA atingiu a maior marca para um mês de outubro, desde 2002, levando a inflação acumulada no ano a subir 8,52% e a acumulada em 12 meses a 9,93%. Para 2016 o cenário é mais ameno, porém nada animador. Depois de haver mantido a taxa Selic em 14,25% ao ano em suas duas últimas reuniões, o Comitê de Política Monetária – Copom tem pela frente a dura missão de combate à inflação em uma economia cuja atividade e o nível de emprego estão em processo de deterioração. Recentemente, o diretor de Política Monetária do Banco Central afirmou que será feito o que for necessário para que a inflação vá ao encontro da meta de 4,5% em 2017. Inclusive subir ainda mais a taxa Selic.

Já em relação às contas externas, a situação apresentou alguma melhora. Com a cotação do dólar atual, a Balança Comercial reagiu e sinaliza um superávit superior a US\$ 13 bilhões em 2015 e de cerca de US\$ 25 bilhões em 2016. Embora o resultado seja atingido mais por conta da queda das importações do que o avanço das exportações, realmente



houve melhora. O déficit em transações correntes de 2015 deverá de situar ao redor de US\$ 65 bilhões e será financiado não só pelo Investimento Estrangeiro Direto, como também pelo investimento estrangeiro em ações e títulos de renda fixa brasileiros. Para 2016 está previsto um déficit de cerca de US\$ 48 bilhões. Quanto à cotação do dólar, o cenário permanece de alta.

Em resumo, as perspectivas para 2016 apontam outro ano de enormes desafios. Enquanto persistir o impasse político, cujo desfecho é imprevisível, a economia real terá quase nenhuma chance de reativação. Para o mercado financeiro os riscos serão crescentes e os retornos ainda mais duvidosos. Para os gestores de recursos previdenciários redobrada-se a cautela. Na carteira de renda fixa evitar perdas ganha maior importância do que a superação da meta atuarial. O rendimento de capital não ganho será rendimento perdido para sempre. Já na carteira de renda variável, cujo objetivo é o do ganho de capital ao longo do tempo, embora o fator maior risco seja inerente, uma alocação criteriosa poderá ser conduzida, aí sim visando à aproximação da meta atuarial. Principalmente para as ações, é que as épocas de crise trazem ótimas oportunidades de ganho.

Apresentamos abaixo as expectativas do mercado financeiro em relação aos principais indicadores econômicos, reveladas através do Relatório de Mercado – Focus, de 27 de novembro de 2015.

3.3 EXPECTATIVAS DE MERCADO

Indicador	2015	2016
Crescimento Real do PIB (% aa.)	-3,10	-2,04
Produção Industrial (%)	-7,40	-2,30
Taxa de desemprego (% - média)	6,90	9,10
IPCA (IBGE) - % aa.	9,99	6,64
IGP-M (FGV) - % aa.	9,96	6,30
Taxa Selic Meta – Fim do Ano (% aa.)	14,25	14,13
Câmbio - Fim do Ano (R\$/US\$)	4,00	4,20



Balança Comercial – Saldo (em US\$ Bilhões)	14,60	31,38
Investimento Estrangeiro Direto – IED (em US\$ Bilhões)	62,30	58,00

Fonte: BACEN - Sistema de Expectativas de Mercado-27.11.2015

4. ALOCACÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS

Na aplicação dos recursos, os responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS observarão os limites estabelecidos por esta política de investimentos e pela Resolução CMN nº 3.922/2010, conforme descrito abaixo:

1. Tabela 1 – Renda Fixa

Renda Fixa	Limite de alocação do total dos recursos do RPPS		Limite de alocação por fundo de investimento	Limite de alocação referente ao PL do fundo de investimento
Títulos Tesouro Nacional (Selic) - Art. 7º I, "a"	100%		—	—
FI 100% títulos TN – Art. 7º, I, "b"	100%		—	25%
Operações Compromissadas TPF – Art. 7º, II	15%		—	—
FI Renda Fixa / Ref. em RF IMA ou IDkA (e seus subíndices) – Art. 7º, III, "a".	80%		20%	25%
Fundos de Índice Renda Fixa IMA ou IDkA (e seus subíndices) – Art. 7º, III, "b".	80%		20%	25%
FI de Renda Fixa – Art. 7º, IV, "a"	30%		20%	25%
Fundos de Índices de Renda Fixa – Art. 7º, IV, "b"	30%		20%	25%
Poupança – Art. 7º, V, "a"	20%		—	—
Letras Imobiliárias Garantidas, - Art. 7º, V, "b"	20%		—	—
FI em Direitos Creditórios – Cotas Sênior - Aberto – Art. 7º, VI	15%	15%	—	25%
FI em Direitos Creditórios – Cota Sênior - Fechado – Art. 7º, VII, "a"		5%	—	25%

2. Tabela 2 – Renda Variável

Renda Variável	Limite de alocação do total dos recursos do RPPS	Limite de alocação por fundo de investimento	Limite de alocação referente ao PL do fundo de investimento
FI Ações Referenciado – Art. 8º, I	30%	20%	25%
Fundos de Índices Referenciados em Ações – Art. 8º, II	20%	—	25%
FI em Ações – Art. 8º, III	15%	—	25%
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5%	—	25%
FI em Participações - Fechado – Art. 8º, V	5%	—	25%
FI Imobiliário – cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5%	—	25%

3. Tabela 3 – Objetivo de Alocação dos Recursos por Segmento de aplicação e Carteira (Alocação Estratégica ou Alocação Meta)



RENDA FIXA	(*) Alocação Atual (%)	Limite Resolução (%)	Limites de Alocação (%)		
			Min.	META	Máx.(*)
Títulos Tesouro Nacional (Selic) - art. 7º I, "a"	0	100%	0	0%	0%
FI 100% títulos do TN – art. 7º, I, "b"	42,06	100%	0	22%	100%
Operações Compromissadas com Títulos do TN – art. 7º, II	0	15%	0	0%	0%
FI Renda Fixa/Referenciados Renda Fixa – art. 7º, III	7,62	80%	0	8%	30%
FI Renda Fixa – art. 7º, IV	27,5	30%	0	25%	30%
Poupança – art. 7º, V	0	20%	0	0%	20%
FI em Direitos Creditórios - Aberto – art. 7º, VI	3,93	15%	0	13%	15%
FI em Direitos Creditórios - Fechado – art. 7º, VII, "a"	0	5%	0	2%	5%
FI Renda Fixa "Crédito Privado" – art. 7º, VII, "b"	2,47	5%	0	0%	5%
RENDA VARIÁVEL	(*) Alocação Atual (%)	Limite Resolução (%)	Limites de Alocação (%)		
			Min.	META	Máx.(*)
FI Referenciados – art. 8º, I	0	30%	0	3%	3%
Fundo de Índices Referenciados em Ações – art. 8º, II (ETF's)	0	20%	0	0%	0%
FI em Ações – art. 8º, III	6,52	15%	0	12%	12%
FI Multimercado aberto – art. 8º, IV	3,72	5%	0	5%	5%
FI em Participações - Fechado – art. 8º, V	2,68	5%	0	5%	5%
FI Imobiliário – art. 8º, VI	3,5	5%	0	5%	5%
Total	100	450%		100%	235%

4.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA

Obedecendo-se os limites permitidos pela Resolução CMN nº 3922/2010, propõe-se adotar o limite de no mínimo 70% (setenta por cento) e no máximo 100% (cem por cento) dos investimentos financeiros do RPPS, no segmento de renda fixa.

A negociação de títulos e valores mobiliários no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) obedecerá ao disposto, Art. 7º, inciso "a" da Resolução CMN nº 3.922/2010, e deverão ser comercializados através de plataforma eletrônica e registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), não sendo permitidas compras



de títulos com pagamento de Cupom com taxa inferior à Meta Atuarial.

4.2 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

Em relação ao segmento de renda variável, a legislação determina que não deverá exceder a 30% (trinta por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente do RPPS. O IPRESB, adotará o limite máximo de 30% (trinta por cento) da totalidade dos investimentos financeiros do RPPS.

4.3 SEGMENTO DE IMÓVEIS

Conforme o artigo 9º da Resolução CMN nº 3.922/2010, as alocações no segmento de imóveis serão efetuadas, exclusivamente, com os terrenos ou outros imóveis vinculados por lei ao RPPS.

Os imóveis repassados pelo Município deverão estar devidamente registrados em Cartório de Registro de Imóveis, livres de quaisquer ônus ou gravame, e possuir as certidões negativas de tributos, em especial o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU ou o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.

Os imóveis poderão ser utilizados para a aquisição e/ou integralização de Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário, cujas cotas sejam negociadas em ambiente de bolsa de valores, com exceção dos mercados de balcão organizados e não organizados. Deverá ser observado também critérios de Rentabilidade, Liquidez e Segurança.

4.4 VEDAÇÕES

O comitê de investimentos do IPRESB deverá seguir as vedações estabelecidas pela



Resolução CMN nº 3.922/2010, ficando adicionalmente vedada a aquisição de:

- Cotas de Fundos Multimercados cujos regulamentos não determinem que os ativos de créditos que compõem suas carteiras sejam considerados como de baixo risco de crédito por, no mínimo, uma das agências classificadoras de risco citadas no item 7.2 - Controle do Risco de Crédito da presente Política de Investimentos;
- Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) que não estejam listados em mercado de bolsa (Pregão);
- Cotas de Fundos de Investimentos que apresente, em seu regulamento, a possibilidade de aquisição de ativos que guardem relação com ativos classificados como no exterior (Ex.: Dívida Externa e BDR's).

5. META ATUARIAL

IPCA + 6%

Os recursos financeiros administrados pelo RPPS deverão ser aplicados de forma a buscar no longo prazo um retorno superior ao IPCA, acrescido de uma taxa de juros de 6% a.a., observando-se sempre a adequação do perfil de risco dos segmentos de investimento. Além disso, devem ser respeitadas as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez adequadas ao atendimento dos compromissos atuariais.

6. ESTRUTURA DE GESTÃO DOS ATIVOS

De acordo com as hipóteses previstas na Resolução CMN nº 3.922/2010, a aplicação dos ativos será realizada por gestão, própria, terceirizada ou mista.

Para a vigência desta Política de Investimentos, a gestão das aplicações dos recursos do IPRESB será própria.



6.1 GESTÃO PRÓPRIA

A adoção deste modelo de gestão significa que o total dos recursos ficará sob a responsabilidade do RPPS, com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Previdência Social, conforme exigência da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e contará com Comitê de Investimentos como órgão participativo do processo decisório, com o objetivo de gerenciar a aplicação de recursos, escolhendo os ativos, delimitando os níveis de riscos, estabelecendo os prazos para as aplicações, sendo obrigatório o credenciamento de administradores e gestores de fundos de investimentos junto ao RPPS.

6.2 ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Compete ao Presidente do Comitê de Investimentos a elaboração da política de investimento, que deve submetê-la para aprovação ao Conselho de Administração, órgão superior competente para aprovação de referido documento. Essa estrutura garante a demonstração da segregação de funções adotadas pelos órgãos de execução, estando em linha com as práticas de mercado para uma boa governança corporativa.

Esta política de investimentos estabelece as diretrizes a serem tomadas pelo comitê de investimentos na gestão dos recursos, visando atingir e obter o equilíbrio financeiro e atuarial com a solvabilidade do plano.

7. CONTROLE DE RISCO

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira estará sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, entre eles:



- Risco de Mercado – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.

- Risco de Crédito - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;

- Risco de Liquidez - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.

7.1 CONTROLE DO RISCO DE MERCADO

O RPPS adota o VaR - Value-at-Risk para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo do mesmo:

- Modelo paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99% (noventa e cinco por cento);
- Horizonte temporal de 1 dias útil;



- EWMA 0,98 (suavizado exponencialmente);

Como parâmetro de monitoramento para controle do risco de mercado dos ativos que compõe a carteira, os membros do comitê de investimentos deverão observar as referências abaixo estabelecidas e realizar reavaliação destes ativos sempre que as referências pré-estabelecidas forem ultrapassadas.

- Segmento de Renda Fixa: 1,5% (um e meio por cento) do valor alocado neste segmento.
- Segmento de Renda Variável: 3% (três por cento) do valor alocado neste segmento.

Como instrumento adicional de controle, o RPPS monitora a rentabilidade do fundo em janelas temporais (mês, ano, três meses, seis meses, doze meses e vinte e quatro meses), verificando o alinhamento com o “benchmark” estabelecido na política de investimentos do fundo. Desvios significativos deverão ser avaliados pelos membros do comitê de investimentos do RPPS, que decidirá pela manutenção, ou não, do investimento, acompanhado das devidas análises e justificativas técnicas.

7.2 CONTROLE DO RISCO DE CRÉDITO

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do RPPS, em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FICFIDC) serão considerados como de baixo risco os que estiverem de acordo com a tabela abaixo:

Agência Classificadora de Risco	Rating Mínimo
Standard & Poors	BBB+ (perspectiva estável)
Moody's	Baa1 (perspectiva estável)



Fitch Rating	BBB+ (perspectiva estável)
Austin Rating	A (perspectiva estável)
SR Rating	A (perspectiva estável)
LF Rating	A (perspectiva estável)
Liberum Rating	A (perspectiva estável)

As agências classificadoras de risco supracitadas estão devidamente autorizadas a operar no Brasil e utilizam o sistema de “rating” para classificar o nível de risco de uma instituição, fundo de investimentos e dos ativos integrantes de sua carteira.

7.3 CONTROLE DO RISCO DE LIQUIDEZ

Nas aplicações em fundos de investimentos constituídos sob a forma de condomínio fechado, e nas aplicações cuja soma do prazo de carência (se houver) acrescido ao prazo de conversão de cotas ultrapassarem em 180 dias, a aprovação do investimento deverá ser precedida de uma análise que evidencie a capacidade do RPPS em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, até a data da disponibilização dos recursos investidos.

8. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

As informações contidas na Política de Investimentos e em suas revisões deverão ser disponibilizadas aos interessados, no prazo de trinta dias, contados de sua aprovação, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social. À vista da exigência contida no art. 4º, incisos I, II, III e IV, parágrafo primeiro e segundo e ainda, art. 5º da Resolução CMN nº 3.922/2010, a Política de Investimentos deverá ser disponibilizada no site do RPPS, Diário Oficial do Município ou em local de fácil acesso



e visualização, sem prejuízo de outros canais oficiais de comunicação.

9. CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO – GESTOR E ADMINISTRADOR

Seguindo a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, na gestão própria, antes da realização de qualquer operação, o RPPS, na figura de seu Comitê de Investimentos, deverá assegurar que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento.

Para tal credenciamento, deverão ser observados, e formalmente atestados pelo representante legal do RPPS e submetido à aprovação do Comitê de Investimentos, no mínimo, quesitos como:

- a) atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- b) observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro;
- c) regularidade fiscal e previdenciária.

Quando se tratar de fundos de investimento, o credenciamento previsto recairá sobre a figura do gestor e do administrador do fundo.

**9.1 PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE
GESTORES/ADMINISTRADORES**

Nos processos de seleção dos Gestores/Administradores, devem ser considerados os aspectos qualitativos e quantitativos, tendo como parâmetro de análise no mínimo:



- a) Histórico e experiência de atuação da gestora e/ou da administradora e de seus controladores;
- b) Volume de recursos sob gestão e/ou administração;
- c) Ambiente de controles, boas práticas operacionais, qualidade da equipe de gestão e/ou administração e gestão de riscos.

Entende-se que os fundos possuem uma gestão discricionária, na qual o gestor decide pelos investimentos que vai realizar, desde que respeitando o regulamento do fundo e as normas aplicáveis aos RPPS.

Encontra-se qualificado para participar do processo seletivo qualquer empresa gestora de recursos financeiros autorizada a funcionar pelo órgão regulador (Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários), sendo considerada como elegível a gestora/administradora que atender ao critério de avaliação de Qualidade de Gestão dos Investimentos.

9.1.1 PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

Para o processo de credenciamento das instituições financeiras, o RPPS deverá se remeter a Portaria MPAS nº 519, de 24 de agosto de 2011, em norma a ser definida pelo Comitê de Investimentos e divulgada publicamente.

10. CONTROLES INTERNOS

Antes das aplicações, a gestão do RPPS deverá verificar, no mínimo, aspectos como: enquadramento do produto quanto às exigências legais, seu histórico de rentabilidade, riscos e perspectiva de rentabilidade satisfatória no horizonte de tempo.



Todos os ativos e valores mobiliários adquiridos pelo RPPS deverão ser registrados nos Sistemas de Liquidação e Custódia: SELIC, CETIP ou Câmaras de Compensação autorizadas pela CVM.

→ A gestão do RPPS sempre fará a comparação dos investimentos com a sua meta atuarial para identificar aqueles com rentabilidade insatisfatória, ou inadequação ao cenário econômico, visando possíveis indicações de solicitação de resgate.

Com base nas determinações da Portaria MPS nº 170, de 26 de abril de 2012, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, foi instituído o Comitê de Investimentos no âmbito do RPPS, com a finalidade de participar no processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos, resgates e aplicações dos recursos financeiros resultantes de repasses de contribuições previdenciárias dos órgãos patrocinadores, de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como de outras receitas do RPPS.

Compete ao Comitê de Investimentos, orientar a aplicação dos recursos financeiros e a operacionalização da Política de Investimentos do RPPS. Ainda dentro de suas atribuições, é de sua competência:

- I - garantir o cumprimento da legislação e da política de investimentos;
- II - avaliar a conveniência e adequação dos investimentos;
- III - monitorar o grau de risco dos investimentos;
- IV - observar que a rentabilidade dos recursos esteja de acordo com o nível de risco assumido pela entidade;
- V - garantir a gestão ética e transparente dos recursos.

Sua atuação será pautada na avaliação das alternativas de investimentos com base nas expectativas quanto ao comportamento das variáveis econômicas e ficará limitada às determinações desta Política.



São avaliados pelos responsáveis pela gestão dos recursos do IPRESB, relatório de acompanhamento das aplicações e operações de aquisição e venda de títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos diversos segmentos de aplicação. Esse relatório será elaborado trimestralmente e terá como objetivo documentar e acompanhar a aplicação de seus recursos.

Os relatórios supracitados serão mantidos e colocados à disposição do Ministério da Previdência Social, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Fiscal e de Administração e demais órgãos fiscalizadores.

Caberá ao comitê de investimentos do RPPS acompanhar a Política de Investimentos e sua aderência legal analisando a efetiva aplicação dos seus dispositivos.

As operações realizadas no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) deverão ser realizadas através de plataforma eletrônica autorizada, Sisbex da BM&F e CetipNet da Cetip que já atendem aos pré-requisitos para oferecer as rodas de negociação nos moldes exigidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central. O RPPS deverá ainda, realizar o acompanhamento de preços e taxas praticados em tais operações e compará-los aos preços e taxas utilizados como referência de mercado (ANBIMA).

É importante ressaltar que, seja qual for a alocação de ativos, o mercado poderá apresentar períodos adversos, que poderão afetar ao menos parte da carteira. Portanto, é imperativo observar um horizonte de tempo que possa ajustar essas flutuações e permitir a recuperação da ocorrência de ocasionais perdas. Desta forma, o RPPS deve manter-se fiel à política de investimentos definida originalmente a partir do seu perfil de risco.

E, de forma organizada, remanejar a alocação inicial em momentos de tendências alta (vendendo) ou baixa (comprando) com o objetivo de rebalancear sua carteira de investimentos. Três virtudes básicas de um bom investidor são fundamentais: disciplina, paciência e diversificação.



As aplicações realizadas pelo RPPS passarão por um processo de análise, para o qual serão utilizadas algumas ferramentas disponíveis no mercado, como o histórico de cotas de fundos de investimentos, abertura de carteira de investimentos, informações de mercado on-line, pesquisa em sites institucionais e outras.

Além de estudar o regulamento e o prospecto dos fundos de investimentos, será feita uma análise do gestor/emissor e da taxa de administração cobrada, dentre outros critérios. Os investimentos serão constantemente avaliados através de acompanhamento de desempenho, da abertura da composição das carteiras e avaliações de ativos.

As avaliações são feitas para orientar as definições de estratégias e as tomadas de decisões, de forma a aperfeiçoar o retorno da carteira e minimizar riscos.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução e monitorada no curto prazo, a contar da data de sua aprovação pelo órgão superior competente do RPPS, sendo que o prazo de validade compreenderá o ano de 2016.

Reuniões extraordinárias junto ao Conselho de Administração do IPRESB serão realizadas sempre que houver necessidade de ajustes nesta política de investimentos perante o comportamento/conjuntura do mercado, quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros (preservação de valor à luz da rentabilidade observada) e/ou com vistas à adequação à nova legislação.

Deverão estar certificados os responsáveis pelo acompanhamento e operacionalização dos investimentos do RPPS, através de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria MPAS nº 519, de 24



de agosto de 2011.

A comprovação da habilitação ocorrerá mediante o preenchimento dos campos específicos constantes do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN e do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR.

As Instituições Financeiras que operem e que venham a operar com o RPPS poderão, a título institucional, oferecer apoio técnico através de cursos, seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou funcionários das Instituições para capacitação de servidores e membros dos órgãos colegiados do RPPS; bem como, contraprestação de serviços e projetos de iniciativa do RPPS, sem que haja ônus ou compromisso vinculados aos produtos de investimentos.

Ressalvadas situações especiais a serem avaliadas pelo Comitê de Investimentos do RPPS (tais como fundos fechados, fundos abertos com prazos de captação limitados), os fundos elegíveis para alocação deverão apresentar série histórica de, no mínimo, 6 (seis) meses, contados da data de início de funcionamento do fundo.

Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN nº 3.922/2010, e à Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

É parte integrante desta Política de Investimentos, cópia da Ata do órgão superior competente que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

